

Leandro Pereira Gonçalves
Maria Inácia Rezola

Sob o signo da ditadura: Estado, Igrejas e religiosidade no espaço lusófono

O mundo lusófono apresenta-se como um vasto campo de estudo para os historiadores e os cientistas sociais em geral. Apesar de todos os progressos alcançados, é perceptível a necessidade de aprofundar as relações e a partilha de conhecimento entre investigadores do amplo espaço que constitui a lusofonia assim como a urgência em divulgar, junto de um público mais alargado, o resultado das pesquisas em curso. Promovida pela Rede «Conexões Lusófonas: ditadura e democracia em português»,¹ a coleção «Conexões lusófonas» propõe-se responder a esses desafios. O primeiro volume da coleção foi lançado em junho de 2017 sob o título *Democratização, Memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos*.² A obra coletiva que agora apresentamos subordina-se ao tema «Igrejas e ditaduras no Mundo Lusófono».

Tendo implícita a análise da natureza, dos propósitos e limites das competências do Estado e das Igrejas em diferentes contextos geográficos e temporais, o estudo das relações entre o Estado e as confissões religiosas sempre se revestiu de particular interesse.

¹ Cf.: <http://rededepesquisa.wixsite.com/conexoeslusofonas>.

² Maria Paula Araújo, e António Costa Pinto, *Democratização, Memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos* (Recife; Rio de Janeiro: EDUPE; Autografia, 2017).

As profundas transformações (políticas, económicas, sociais e culturais) que se operam ao longo do «curto século XX», sobretudo sob o signo das ditaduras, complexificam a interação entre religião e política e, conseqüentemente, as relações entre as Igrejas e o Estado. Esta realidade exige que se procurem novos ângulos de abordagem que ultrapassem a análise das relações institucionais, destacando, por exemplo, o lugar das Igrejas no espaço público ou o papel dos católicos na sociedade e no aparelho de Estado.

De facto, o estudo das relações entre ditadura e Igrejas no mundo lusófono coloca ao investigador múltiplos desafios. De entre estes destacam-se, desde logo, os decorrentes da longa duração das experiências ditatoriais (1926-1974 no caso português, e no brasileiro em duas fases, 1937-1945 e 1964-1985) e da natureza dos regimes. Saliente-se ainda que, ao contrário do que julga o senso comum, não existe uma relação direta entre clericalismo e ditadura.

Em Portugal, a Igreja Católica dominou o fenómeno religioso desde os primórdios da nacionalidade e evidenciou-se, até há bem pouco tempo, como a primeira das instituições da sociedade civil. Inevitavelmente, o catolicismo constitui uma dimensão central no regime ditatorial português (1933-1974), nomeadamente na sua fase de institucionalização e consolidação (anos 30-40). A confiança que a Igreja deposita no regime e o bom acolhimento que lhe confere são fatores que vão influir no seu próprio processo de reorganização, cujo sinal mais visível é a criação da Ação Católica Portuguesa (ACP). No entanto, e apesar da ampla área de influência de que usufrui, a Igreja é excluída da ação política e sindical autónoma, processo que não foi isento de tensões.

No Brasil, o poder católico esteve presente de forma majoritária em ações políticas e culturais. No entanto, destaca-se que a relação não ocorreu em uma única via religiosa. O crescimento de outros grupos religiosos promoveu uma força atrelada ao Estado em vários períodos, principalmente no apoio político, definido pela luta contra o comunismo nas fases de crises que culminou com a ditadura varguista (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985).

Finalmente, cumpre assinalar que, quer no Brasil, quer em Portugal, o regime de separação (cordial no caso brasileiro e conflituoso no português) foi instaurado durante a República. Nem o Estado Novo de Salazar nem as ditaduras brasileiras o põem em causa, gerando um complexo e estimulante quadro de investigação.

Na realidade, o estudo das relações entre ditadura e Igrejas no espaço lusófono exige a convocação de uma série de dimensões, níveis de análise, impondo, em simultâneo, a evocação de um amplo leque de atores, espaços e tempos, numa constante contextualização que tenha em conta as realidades nacionais e internacionais.

O edital que esteve na origem da presente colectânea procurou não escamotear esta complexidade e estimular a diversidade temática, apelando ao envio de trabalhos que versassem não apenas sobre as relações entre Igrejas e Estado em ditadura mas também sobre questões como o papel das Igrejas na luta contra as ditaduras, o seu posicionamento relativamente a contextos de guerra e luta armada, e o lugar da religião e dos crentes na sociedade. Da mesma forma, abriu-se um amplo leque de possibilidades relativamente à abordagem e perspectivas de análise, chamando a atenção para o interesse no estudo de trajetórias de vida, do pensamento e do papel de intelectuais, a análise de testemunhos escritos e depoimentos produzidos com a metodologia de história oral. A abrangência de temática e perspectivas pretendeu promover uma obra que espelhasse tanto a variedade das abordagens como a diversidade dos estudos promovendo a análise comparada.

O repto lançado pelos coordenadores da obra teve eco junto de um conjunto de académicos e investigadores cujas obras constituem referências incontornáveis para os que se propõem estudar as relações entre Igrejas e Estado no mundo lusófono. A todos agradecemos o empenho para que este projeto se concretizasse.

Apresentando uma significativa diversidade temática e metodológica, a obra organiza-se em 10 capítulos. O primeiro é da autoria de Rodrigo Patto Sá Mota que, tendo dedicado uma parte importante da sua pesquisa a uma dimensão até então pouco conhecida dos movimentos conservadores e direitistas brasileiros (de que resultou, entre outras, a obra *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o Anticomunismo no Brasil 1917-1964*, Editora Perspectiva, 2002), analisa o fenómeno do anticomunismo católico no Brasil na década de 30.

Integrada num movimento mais amplo que teve o seu auge no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), e que teve também repercussões em Portugal, a ofensiva anticomunista católica no Brasil coincidiu com a onda antibolchevique provocada pelo levantamento revolucionário de novembro 1935

que mobilizou vários setores da sociedade brasileira. A cruzada então desencadeada constitui uma peça importante da estratégia de mobilização política e eleitoral dos católicos nos anos 30, em que se nota a força do argumento anticomunista e a aproximação com o imaginário fascista, um processo estreitamente ligado à estratégia da Igreja que visava aumentar a sua influência junto do Estado republicano.

Analisando o fenómeno em detalhe, Rodrigo Mota deixa patente o apoio entusiástico da Igreja e dos ativistas leigos à escalada repressiva e autoritária que culminará na implantação da ditadura de 1937. Segundo o autor, o «golpe de 1937 foi baseado em uma farsa, na medida em que o perigo vermelho foi artificialmente exagerado e a ditadura não era necessária para combatê-lo». Como revela neste artigo, o ativismo católico contribuiu para o incremento dos valores direitistas e ajudou a preparar o terreno para o golpe que abre portas ao Estado Novo brasileiro.

O segundo capítulo da obra analisa a presença da Igreja Católica na sociedade brasileira no período de 1930 a 1945, destacando não apenas as dimensões do poder mas também o seu hibridismo e a inscrição da identidade católica. O objetivo de Candido Rodrigues e Renato Amado Peixoto, seus autores, foi o de discutir a presença do catolicismo no Brasil do primeiro período Vargas, particularmente as suas interligações com o poder político, sejam elas institucionais e/ou de sociabilidade. Para tal, revelou-se-lhes fundamental pensar algumas questões a partir da lógica das relações com o poder, evidenciadas nas escalas espaço-temporais de um Brasil diverso.

Da mesma forma, considerando o processo pelo qual a Igreja Católica se coloca na sociedade brasileira nas quatro primeiras décadas do período republicano, e as suas formas de interação e «reaproximação» com o poder político, afigurou-se-lhes evidente que tal processo se torna mais inteligível a partir do estudo das suas investidas junto ao laicato e aos intelectuais. Neste sentido, propõem-nos pensar o Centro D. Vital, a revista *A Ordem* e seu líder Alceu Amoroso Lima, enquanto realidades significativas e relevantes para a compreensão do que se denominou «projeto de recatolização do Brasil», comandado por D. Sebastião Leme.

Segundo Candido Rodrigues e Renato Amado Peixoto, um aspeto tem sido pouco notado nos estudos que tocam em tais temas, ignorando-se frequentemente que o projeto de recatoli-

cização formou um modelo cuja replicação e tradução foi incentivada em alguns estados, colocando-se, assim, um interessante problema no tocante à relação centro-periferia que ultrapassa as construções teóricas e historiográficas mais comuns. A existência de um modelo central e as suas interações com as instâncias da sua tradução periférica podem, por exemplo, ser bem examinadas no caso norte-rio-grandense, onde o líder da Ação Católica, Ulisses de Góis, ajudou a organizar um grupo de intelectuais (que tem o seu núcleo em figuras como Luis da Câmara Cascudo, Otto de Brito Guerra e Francisco Veras), e a fundar um jornal diocesano sintomaticamente com o título de *A Ordem*. Em suma, concluem os autores, certas características do projeto católico brasileiro no período examinado, como é o caso da formação de redes intelectuais, devem ser repensadas a partir do exame das suas imbricações espaciais e, por conta disso, certos problemas da relação entre o religioso e o político podem ser revistos, na medida em que não dependem apenas de considerar a sua interação, mas de levar em conta as suas diferenças e traduções em cada uma das escalas de espaço.

Assumindo também uma perspectiva problematizadora, Gizele Zanotto chama a nossa atenção para o facto de a reflexão sobre a atuação católica no Brasil exigir situar inicialmente a quem nos referimos, visto que a instituição se compõe de ordens, movimentos, grupos e indivíduos com norteadores de ação comuns, em geral pautados nos chamados «dogmas brancos», mas também linhas de ação, interpretação de mundo e ação sobre o mundo díspares e concorrentes. Assim, em «Vozes dissonantes no catolicismo em tempos de ditadura (1964-1985)», Gizele Zanotto propõe-se refletir sobre discursos em voga no contexto ditatorial brasileiro, especificamente nos conflitos encetados pela instituição religiosa, representada oficialmente no Brasil pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela organização civil de matriz confessional católica, Tradição, Família e Propriedade (TFP). A tendência conciliatória e, posteriormente, de oposição a algumas ações do governo militar encetadas pela CNBB ou por membros do episcopado, foram rebatidas pela TFP como focos de infiltração comunista, reiterando a argumentação que sustentou o golpe civil-militar de 1964, bem como a repressão que se lhe seguiu. Mais do que discursos, tais vozes representaram estratos sociais que legitimaram, silenciaram, criticaram ou mesmo

combateram o governo ditatorial vigente, evidenciando que nesses discursos se vislumbram elementos das culturas políticas em voga no Brasil dos anos 1960 a 1980.

Procurando fazer uma ponte entre os dois lados do Atlântico, Marcelo Timotheo oferece-nos um particularmente importante estudo que incide sobre as imagens de Portugal e, em especial, do cenário político lusitano, construídas por Alceu Amoroso Lima (1893-1983) durante a sua longa e profícua vida. Pensador, escritor e líder católico, Alceu Amoroso Lima é-nos apresentado como uma figura multifacetada que se metamorfoseia e acompanha alguns dos movimentos mais amplos que percorrem a Igreja Católica no contexto do Concílio Vaticano II. Assim, num primeiro momento é possível desvendar o cruzado da neocristandade, o convertido reacionário, pleno de certezas e anátemas, que, nos anos seguintes à sua profissão de fé, elogia o regime salazarista, entendendo-o como «ditadura cristã» e exemplo bem-sucedido da cooperação entre Estado e Igreja. Décadas depois, o seu posicionamento conhece uma evolução considerável, sendo possível identificar o católico progressista, tributário do *aggiornamento* dos anos 1960, o intelectual que denuncia a ditadura civil-militar brasileira e pede o regresso do Brasil ao Estado de direito.

O capítulo 5, «Igreja Católica, Estado e sociedade em Portugal no século XX», analisa as relações da Igreja Católica com o Estado Novo numa perspetiva problematizadora e diacrónica que extravasa os limites cronológicos da ditadura portuguesa dado que, segundo Paulo Fontes, é difícil entender as relações entre as duas instituições se não se tiver em conta a memória da I República portuguesa (1910-1926) mas também o papel das elites católicas na afirmação do Estado Novo nos anos 1930.

Consciente das limitações metodológicas decorrentes de uma identificação simplista entre catolicismo e regime autoritário, Paulo Fontes centra a sua atenção na relação da Igreja Católica com o Estado Novo, enquanto regime que utilizou a ditadura política como «arma central, mas não exclusiva» no seu processo de afirmação e desenvolvimento. Paralelamente, procura observar «a realidade a partir da convergência da dinâmica institucional da Igreja Católica e das dinâmicas sociais por ela geradas ou sustentadas, mas que só se explicam, em última análise, na realidade da própria sociedade portuguesa, trabalhada por uma multiplicidade de agentes, forças e correntes que a atravessam e a pretendem moldar».

Reconhecido especialista em história social e religiosa de Portugal, Paulo Fontes apresenta-nos um estudo profundo que convoca uma pluralidade de problemas, instituições e contextos, abrindo novas perspectivas de análise de um tema por muitos considerado encerrado.

A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 1940 constitui um marco incontornável na história das relações entre a Igreja e o Estado em Portugal mas também na história do catolicismo português. No âmbito da sua tese de doutoramento, recentemente adaptada em livro,³ Rita Almeida de Carvalho estudou exaustivamente as negociações que conduziram à celebração deste acordo, estabelecendo uma análise comparativa entre esta e outras concordatas celebradas no mundo de entre guerras. Segundo Rita Carvalho, um dos principais fatores que terão contribuído para a longevidade do documento celebrado em 1940 é a sua enorme plasticidade e esta, argumenta a autora, decorre diretamente da ampla intervenção do ditador português no seu processo negocial. Em seu entender, Salazar impôs os seus pontos de vista, fazendo um acordo cujas benesses para a Igreja ficaram muito aquém das vantagens oferecidas noutras concordatas, como a italiana ou a espanhola.

A questão do divórcio merece neste contexto um particular destaque, dado que, ao contrário do que seria expectável, o católico Salazar não proibiu simplesmente o divórcio como o fizeram outros ditadores do mesmo período com quem aliás o Estado Novo tinha afinidades ideológicas. Esta e outras questões são aprofundadas ao longo das páginas que Rita Carvalho escreveu para esta coletânea, incidindo especificamente sobre a questão do divórcio. Na parte final do seu texto a autora explica o impacto que também neste domínio teve a revolução de abril, propiciando uma alteração do ordenamento jurídico português no sentido da legalização do divórcio.

O ensaio de Bruno Cardoso Reis, que constitui o 7.º capítulo desta obra, centra-se sobre a natureza das relações entre o Estado e a Igreja no período salazarista (1932-1968). Ainda que não descurando as dimensões internas do fenómeno, o autor foca deliberadamente a sua análise na figura de Salazar e na posição por

³ Rita Almeida de Carvalho, *A Concordata de Salazar* (Lisboa: Temas e Debates, 2013).

este assumida perante o papado, dado que esta é, em seu entender, «indispensável para perceber a sua posição relativamente às relações institucionais entre o Estado Novo e o catolicismo». Segundo Cardoso Reis, o «essencial para perceber a postura de Salazar face ao catolicismo e até, genericamente, a sua visão da vida política, é a centralidade de uma postura profundamente nacionalista, estatocêntrica e autoritária, que prevalece sobre uma matriz católica internacionalista.»

Contestando a literatura que apresenta o regime salazarista como uma espécie de clerico-fascismo, Bruno Cardoso Reis defende que as «relações entre o regime autoritário salazarista e a Igreja Católica resultaram de uma opção política fundamental de Salazar por uma política relativamente à Igreja Católica de tipo catolaica e neoregalista de separação formal, cooperação ativa em áreas de interesse comum e controlo estatal no sentido de impedir uma qualquer ação política de católicos hostil ao regime». Segundo o autor, Oliveira Salazar nunca condicionou a sua política (quer interna quer externa) ao desejo de se conformar com os interesses do catolicismo tal como estes foram sendo definidos pela hierarquia da Igreja. No Estado Novo português, a separação entre a Igreja e o Estado não era uma mera formalidade mas antes uma realidade. Ainda que o catolicismo tivesse um estatuto privilegiado por causa do seu peso na história portuguesa, estava longe de ditar a política de Salazar. Mais do que um católico, Salazar era acima de tudo um salazarista, ou seja, um nacionalista conservador e autoritário, argumenta Cardoso Reis.

Com o título «O catolicismo português e o debate sobre o desenvolvimento económico na década de 1960» (capítulo 8), Nuno Estevão Ferreira centra a sua atenção no impacto que a discussão sobre o desenvolvimento económico assumiu no catolicismo português. Inserido numa dinâmica mais ampla, introduzida no universo católico a partir da publicação da encíclica *Mater et Magistra* (1961), em Portugal o debate reveste-se de um particular interesse dado o espaço temporal e social em que ocorre.

Uma vez que se trata de uma realidade sobre a qual escasseiam estudos e reflexões, o autor procede a um rigoroso e exaustivo levantamento dos textos produzidos neste âmbito, avaliando a perceção dos contornos gerais do debate, as condições estruturais para a sua realização, os recursos utilizados e as posições dos principais intervenientes. A investigação levada a cabo permite-lhe

também identificar uma elite de pensadores católicos (engenheiros, juristas e, sobretudo, economistas) que, formada nos quadros da ACP a partir do final da II Guerra Mundial, se destaca no mundo acadêmico e na *intelligentsia* nacional.

Uma das conclusões particularmente interessantes do autor é a de que este debate permitiu perspetivar as questões do desenvolvimento em dimensões que transcendem o âmbito económico e que subjacente a ele estava um desejo de reformas mais amplas, nomeadamente nos domínios social e político. Promovido no quadro de um regime ditatorial que, apesar das transformações do país e do mundo, teimava em perdurar, este debate deixa patente uma vontade de uma elite católica discutir e reformar as estruturas da ditadura, abrindo, por isso, perspetivas de mudança. Cumpre também assinalar que, ainda que não seja esse o objetivo do autor, este estudo nos fornece um retrato ímpar do quadro das publicações académicas e católicas dos anos 1960.

A «nacionalização das populações, a afirmação do domínio colonial e a religião católica» foram, segundo Hugo Dores, «elementos centrais na política missionária portuguesa da época contemporânea e não restritas de um determinado regime político, mesmo que a matriz católica não estivesse claramente declarada durante uma parte do período republicano».

No artigo que integra a presente coletânea, o autor debruça-se sobre a política de missão nos territórios africanos sob domínio colonial português nas décadas de 1930 a 1960. Tendo como ponto de partida o «processo de elaboração de uma legislação missionária que estipulasse os usos políticos da missão e a instrumentalização dos repertórios civilizadores em benefício de uma estratégia imperial», o autor analisa algumas das mais significativas peças legislativas produzidas entre 1926 e 1951, com as quais as autoridades portuguesas procuraram definir a «utilidade imperial» e o «sentido eminentemente civilizador» das missões católicas, as únicas entendidas como mais bem capacitadas para transmitir o repertório nacionalizador português, através da educação e da religião.

Um dos domínios aos quais o Hugo Dores confere particular importância é ao da educação. De acordo com o Estatuto Missionário de 1941, a Igreja detinha o monopólio da educação, cabendo-lhe «fundar e dirigir escolas para os indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar, secundário

e profissional, seminários, catecumenatos, ambulâncias e hospitais». O ideário educativo então implementado aliava educação e trabalho, e a política missionária foi associada a argumentos civilizadores sob roupagens desenvolvimentistas, que deveriam corresponder às expectativas e às bases da «utilidade imperial» e do «sentido eminentemente civilizador» das missões católicas no império português.

Quando se iniciaram os conflitos armados nas colônias, a política missionária portuguesa ainda mantinha a sua matriz nacionalizadora. Mas os «ventos de mudança» estavam já a entrar pelas janelas imperiais.

É ainda sobre a realidade colonial que incide o texto de Maria da Conceição Neto «Uma Igreja ambivalente: os católicos angolanos entre a ‘portugalidade’ e a subversão da ordem colonial». Segundo a autora, em diferentes fases da progressão do colonialismo em África, a expansão do cristianismo jogou um papel tão fundamental quanto ambíguo. Muitas vezes aliadas das autoridades coloniais ou beneficiárias da sua proteção, as diversas Igrejas cristãs não deixaram de criticar, com maior ou menor frequência e intensidade, a ação dessas autoridades. Embora veiculassem uma mensagem de submissão ao poder colonial europeu, cujos fundamentos durante muito tempo não questionaram, tornando-se assim instrumentos de controlo social, as missões cristãs foram, também, responsáveis pela formação de novas elites entre os colonizados. Estas elites acabaram por se revelar decisivas na contestação anticolonial e na obtenção das independências.

No caso da Igreja Católica, a aliança multissecular com o colonialismo português atravessou os diferentes regimes (Monarquia, República, Estado Novo) mas foi no tempo da ditadura salazarista que o seu papel de auxiliar da colonização foi mais claramente definido. Tal definição opera-se através do Estatuto Missionário de 1941, decorrente da Concordata selada no ano anterior entre o Estado Português e a Santa Sé. Como revela Maria da Conceição Neto, paradoxalmente, essa Igreja a quem o regime incumbiu de «portugalizar» os ditos «indígenas» do império foi, para muitos deles, o espaço de (re)conhecimento e afirmação de uma «angolanidade» que acabaria por os levar ao confronto direto com as autoridades coloniais.

Finalmente, uma última nota aos leitores. Como referimos no início desta apresentação, um dos objetivos centrais da coletânea

foi o de aprofundar a partilha de conhecimento e promover a constituição de pontes entre académicos que, nos últimos anos, se têm dedicado ao estudo da presença da Igreja no espaço lusófono em tempos de ditadura. A amplitude do tema e multiplicidade de perspetivas de análise possíveis, a par da profusão de estudos já existentes, obrigou a algumas opções. A título de exemplo, refira-se a exclusão de capítulos específicos sobre os oposicionismos católicos, amplamente tratado por autores como, por exemplo, João Miguel Almeida ou António Araújo. Da mesma forma, no que diz respeito à realidade colonial, não existe um capítulo específico sobre a realidade moçambicana, ainda que a mesma seja contemplada no texto de Hugo Dores.

Paralelamente, cumpre também alertar o leitor para o facto de não encontrar nesta obra qualquer pretensão de síntese ou visão geral sobre a problemática em análise. Cruzando textos que se caracterizam, antes de mais, pela diversidade temática e metodológica, procurou-se dar voz a estudos especializados mas também a reflexões de carácter mais lato. Desta forma, esperamos contribuir não apenas para colocar em evidência as especificidades no relacionamento entre os regimes ditatoriais, as Igrejas e os militantes/fiéis nos diferentes espaços nacionais, como também contribuir para a abertura de novas pistas de reflexão e investigação.

Referências bibliográficas

- Araújo, Maria Paula, e António Costa Pinto. *Democratização, Memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos*. Recife; Rio de Janeiro: EDUPE; Autografia, 2017.
- Carvalho, Rita Almeida de. *A Concordata de Salazar*. Lisboa: Temas e Debates, 2013.
- Costa, Marcelo Timotheo da. *Um Itinerário no Século: Mudança, Disciplina e Ação em Alceu Amoroso Lima*. São Paulo; Rio de Janeiro: Loyola; PUC-Rio, 2006.
- Dores, Hugo Gonçalves. *A Missão da República: Política, Religião e o Império Colonial Português (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- Fontes, Paulo. *Elites Católicas em Portugal: o Papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.
- Gonçalves, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um Católico Integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

Igrejas e Ditaduras no Mundo Lusófono

- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o Anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- Neto, Maria da Conceição. «In town and out of town: a social history of Huambo (Angola) 1902-1961». (Tese de doutoramento, School of Oriental and African Studies, Universidade de Londres, UK, 2012).
- Nuno Estêvão Ferreira. *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- Reis, Bruno Cardoso. *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- Rezola, Maria Inácia. «A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo», in *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*, António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho, 245-277. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Rodrigues, Cândido Moreira. *A Ordem: uma Revista de Intelectuais Católicos, 1934-1945*. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.
- Zanotto, Gizele. *Tradição. Família e Propriedade (TFP): as Idiossincrasias de Um Movimento Católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.